



# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
Introdução do trabalho .....	17
Introdução do tema .....	18
Crescimento do crime cibernético .....	22
Necessidade de novas ferramentas digitais de investigação .....	25
Problemas decorrentes das novas ferramentas de investigação no ambiente digital .....	29
<b>1. CONCEITOS ÚTEIS QUANTO À PROVA DIGITAL .....</b>	<b>35</b>
1.1. Breves noções sobre Direito Digital .....	35
1.1.1. Internet no mundo e no Brasil .....	35
1.1.2. Classificação dos dados eletrônicos de comunicação .....	36
1.1.3. Relevância dos metadados .....	38
1.1.4. Intervenção e interceptação dos dados eletrônicos de comunicação .....	39
1.2. Dispositivo eletrônico .....	40
1.3. Arquivos de log .....	42
1.4. Endereço IP e porta lógica .....	43
1.5. Provedores de estrutura, conexão e aplicação ....	45
1.6. Registros de conexão e de aplicação de internet .....	49
1.7. Deleção, exclusão e desindexação .....	50

1.8. Computação em nuvem .....	53
<b>2. PROVA DIGITAL .....</b>	<b>57</b>
2.1. Direito fundamental à prova .....	57
2.2. Conceito de prova digital .....	58
2.3. Natureza jurídica da prova digital .....	60
2.4. Classificação .....	61
2.5. Características da prova digital .....	62
2.5.1. Imaterialidade ou intangibilidade .....	62
2.5.2. Volatilidade ou fragilidade .....	63
2.5.3. Dispersão .....	64
2.6. Armazenamento e transmissão em meio eletrônico .....	64
2.7. Cadeia de custódia específica .....	67
2.7.1. Introdução .....	67
2.7.2. Autenticidade .....	70
2.7.3. Integridade .....	71
2.7.4. Completude .....	73
2.7.5. Auditabilidade e reprodutibilidade .....	74
<b>3. RELATIVIZAÇÃO DE DIREITOS INDIVIDUAIS DIANTE DA CAPACIDADE INTRUSIVA DA PROVA DIGITAL .....</b>	<b>77</b>
3.1. Direitos individuais relativizados pelo princípio da proporcionalidade .....	77
3.2. Autodeterminação informacional .....	78
3.3. Confidencialidade, integridade e disponibilidade do sistema e dos dados informáticos .....	80
3.4. Privacidade .....	81
3.5. As três gerações do direito probatório em relação ao direito à privacidade .....	84
3.5.1. Primeira geração .....	84

3.5.2.	Segunda geração .....	85
3.5.3.	Terceira geração .....	86
3.6.	Direito à privacidade no mundo e no Brasil .....	87
3.6.1.	<i>Third party doctrine</i> .....	91
3.6.2.	Declaração Universal dos Direitos do Homem, Convenção Europeia de Direitos Humanos, Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia e Convenção Americana sobre Direitos Humanos .....	92
3.6.3.	Constituição da República Federativa do Brasil, Marco Civil da Internet e Lei Geral de Proteção de Dados .....	93
<b>4.</b>	<b><i>POLICEWARE</i></b> .....	<b>103</b>
4.1.	Aspectos introdutórios do <i>policeware</i> .....	103
4.2.	Delimitação do conceito de <i>policeware</i> .....	108
4.3.	Primórdio do <i>policeware</i> .....	110
4.4.	<i>Policeware</i> na Alemanha .....	112
4.5.	<i>Policeware</i> na Áustria .....	139
4.6.	<i>Policeware</i> na França .....	141
4.7.	<i>Policeware</i> na Espanha .....	151
4.8.	<i>Policeware</i> na Itália .....	162
4.9.	<i>Policeware</i> na Finlândia .....	166
4.10.	<i>Policeware</i> na Estônia .....	167
4.11.	<i>Policeware</i> no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem .....	167
4.12.	<i>Policeware</i> no HIPCAR .....	180
4.13.	<i>Policeware</i> no Brasil .....	185
4.14.	Uma proposta de <i>policeware</i> ao Brasil à luz dos parâmetros constitucionais .....	189
<b>5.</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>195</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>221</b>